

Ata nº 06/2016

Aos dezenove horas do dia dezoito(18) do mês de abril de 2016 reuniu-se o poder legislativo boa-vistense na sede da câmara de vereadores para a quarta sessão ordinária. Estavam presentes os seguintes vereadores: José Mário Redel Mildner, Carlos Alberto Diesel, Tarcila Maria Kunz Veit, Vilson Leidemer, Inácio Engster Lirio José Dresch, Mauri Carlos Werlang, Clarice Maria Schmitt, Fábio Rodrigo Kunrath. O Versículo bíblico foi lido pelo Vereador Carlos Alberto Diesel. Inicialmente o Presidente colocou em discussão a Ata nº 05/2016. Sem manifestações, em votação foi APROVADA por unanimidade. **De imediato o Presidente abriu espaço ao Roberto Hahn - Assessor Jurídico da Municipalidade que prestou alguns esclarecimentos.** Excelentíssimos Senhores Vereadores. Compareço a este ato, atendendo ao pedido da Administração, para cientificar os Edis e todos os demais cidadãos presentes, que no dia 12.04.2016, foi recebida a Notificação 037/2016, do Ministério da Saúde, especificamente da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA, onde foi reprovada a Prestação de Contas, relativa Execução de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas, conforme Parecer Financeiro nº 005/2016, relativas ao Processo de Prestação de Contas nº 25265.074.776/2006-80, o qual imputou ao Município um débito total de R\$ 456.162,33, dividido em duas rubricas, valor este que deve ser quitado até o dia 12 de Maio de 2016, sob pena de inscrição do Município no CADIN e no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira. Com a presente comunicação, pretende a Administração cientificar a todos nossos Vereadores da situação difícil que a Municipalidade enfrenta, uma vez que o não pagamento da valor pontado implicará na cessação dos repasses dos valores relativos aos Convênios celebrados entre o Município e a União, o que inviabilizará a conclusão das obras que hoje se encontram em andamento, notadamente a Escola, Unidade Básica de Saúde e Ginásio de Esportes. Quanto ao mérito da decisão, na notificação consta que não foram acolhidas e aceitas as contas prestadas relativas ao projeto de Controle da Doença de Chagas, tendo sido constatados problemas nas publicações legais (publicações estas referentes ao Edital de Tomada de Preços 003/2006); não foram apresentados documentos necessários, tais como o Aviso de Licitação (aviso este a ser publicado nos termos do artigo 21 da Lei 8.666/93); Termo de Homologação; Termo de Adjudicação; e falta de apresentação de documentação de suporte para pagamentos realizados em decorrência do referido processo licitatório. Não foram acolhidos/acatados os valores pagos efetuados por dispensa de licitação, no valor total de R\$ 89.953,94, por ausência de apresentação de documentação de suporte, notadamente notas fiscais e justificativas de dispensa. Foi apontada a inexistência de depósito na conta corrente do convênio, dos valores relativos à contra partida do Município, que inicialmente foi fixada em R\$ 23.481,39, gerando débito também sob esta rubrica, uma vez que o Município de comprometera a arcar com parte dos custos do projeto, e na execução do mesmo não arcou com sua parte nos custos. Desta forma, buscando ressaltar os interesses do Município, a Administração ajuizará ação judicial, buscando a anulação/revisão desta decisão, salientando, porém, a existência de risco de não obtenção de decisão judicial favorável, e de que estes valores tenham de ser pagos pelo Município, em prejuízo de todos os demais serviços e projetos desenvolvidos pelo mesmo. **Em continuidade o Presidente Vereador José Mário Redel Mildner abriu espaço para a Secretária da Saúde Sra. Roseli Cecília Kowalski que apresentou o relatório do RAG – Relatório de Gestão Anual 2015, logo após também relatou de forma detalhada o SARGSUS – Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão, após discussão foram APROVADOS. A seguir passou-se ao espaço do pequeno expediente: a primeira Vereadora inscrita; Tarcila Maria Kunz Veit.** Gostaria lamentar que se realmente chegue a acontecer de se não pagar esse valor de R\$ 456.000,00 vamos para o CADIN, e na saúde isso é muito trágico se formos para o CADIN, porque aí deixam de vir recursos do Ministério da Saúde e do Estado serão trancados. Espero que a prefeitura busque alternativas dentro do possível e talvez não seja necessário pagar, ou tente parcelar para que conseguimos dar continuidade e não irmos para o CADIN. **O segundo Vereador inscrito; Mauri**

Carlos Werlang, cedeu seu espaço. O terceiro Vereador inscrito; Vilson Leidemer. Da mesma forma que a vereadora Tarcila falou, vou falar sobre a questão de uma notificação que veio do Funasa, porque esse projeto em 2008 foi feito na comunidade de Vista Alta e beneficiou os agricultores, todas as obras foram feitas e os pagamentos às empresas como constam nos relatórios também foram pagas, mas a prestação de contas não foram feitas como manda o ministério. Isso para o município agora se defender não sei se consiga com uma liminar resolver esse problema, então a gente fica aqui lamentando isso, porque ano passado em Outubro ou Setembro veio até aqui um projeto que o município pagou para o SIDA onde o município também não prestou conta para o consórcio e acabamos tendo que arcar com R\$ 22.000,00 e mais essa aqui hoje votada, serão mais R\$ 456.162,00, um valor muito alto e que com certeza cada cidadão boavistense vai pagar isso, não é a prefeitura que vai pagar. Dessa forma, esperamos que a nossa assessoria jurídica consiga uma liminar ou talvez um parcelamento disso, porque imagina se precisando de recursos no futuro não podemos receber pelas contas bloqueadas. Então que a nossa assessoria tenha coragem e vontade, para que mais tarde a gente saiba o que recorrer e cobrar aquele que fez o erro. **O quarto vereador inscrito; Carlos Alberto Diesel.** Nós vereadores estamos aqui para fiscalizar e averiguar os atos da administração, e somos pagos para isso. O que foi levantado pelo assessor jurídico Roberto Hahn é um caso muito grave, ele que explanou sobre as irregularidades cometidas na administração anterior, o que foi apontado pela prestação de contas do Funasa. São R\$ 456.162,32 e isso não é pouco. Quem vai pagar essa conta? Nesse projeto mal elaborado e mal conduzido da administração passada juntamente com seus assessores. Podemos e vamos recorrer para que a administração atual possa pelo menos parcelar esse débito que foi conduzido indevidamente. Dinheiro este que é de todos os munícipes e de todos nós, sendo que com certeza poderá faltar em saúde, obras e educação, entre outros meios que a administração municipal deve administrar. Hoje se fala em lava-jato e em propinas, mas as coisas erradas às vezes saem aqui mesmo dos nossos municípios. Se ficarmos inadimplentes podemos entrar no CADIN e muito dinheiro poderá não vir para o nosso município e essas receitas poderão ser canceladas, e isso vale para todas as administrações para que cuidem e não entrem em barco furado como estamos entrando, pois é uma vergonha. Hoje à tarde estivemos reunidos com o prefeito municipal e ele nos falou sobre a questão do asfalto que vai de Ivagaci até o acesso à Nova Candelária, sabemos que ele está em precárias condições, mas somente com uma liberação que será feita pelo engenheiro do DAER poderá ser feito ou refeito esse asfalto, pois já temos o dinheiro em caixa. **O quinto Vereador inscrito; Lirio José Dresch.** Eu vou iniciar minha fala hoje não por rancor e nem tão pouco com medo. Nós tivemos na sessão passada aqui no grande expediente, um vereador que se dirigiu a minha pessoa e o povo de Boa Vista do Buricá sabe muito bem quem eu sou, o que eu faço e como eu ajo. Eu não gostaria nem sequer tocar nesse assunto, mas me falou na sessão passada, não sei se foi por desespero ou alguma coisa, porque ele poderia ter usado 15 minutos do grande expediente e só usou 5, no momento que ele sentiu que estava cometendo uma gafe ele se enrolou e parou de falar. Estou me referindo ao nobre vereador Inácio Engster, que na sessão passada falou que eu era que nem um macaco que pulava de galho em galho, mas eu quero falar a vocês que um macaco que pula de galho em galho é porque está sadio? Um macaco que pula de galho em galho é porque ele não tem o que se justificar para seus coronéis, que não é o meu caso, eu me elegi, fiz minha campanha honestamente e todos que votaram em mim diriam a mesma coisa. Isso não foi a coisa mais grave, o pior é que este vereador me atacou dizendo que eu vereador Lirio tomei a minha decisão para me promover financeiramente. Como dói isso para uma pessoa. Eu sempre desde que estou na prefeitura, e não são dois dias, são quase 30 anos e eu sempre lutei. Muitas pessoas que estão aqui sabem disso, não quero aqui me gavar, estou só falando a verdade. Trabalhei por vários e vários anos, comecei recolhendo lixo, ajudando a perfurar poços, abrir estradas, depois passei a ser motorista no parque de máquinas, motorista escolar e por fim motorista da saúde, onde por vários anos também levei junto alunos da APAE. Trabalhei madrugadas e madrugadas, transporte escolar a Três de Maio e Santa Rosa, e aqui tem gente que tiveram seus filhos que foram comigo. Aí eu tenho que escutar que me promovi financeiramente e profissionalmente. Mas oxalá onde está minha promoção? Eu não sei onde está esta promoção? Eu sempre trabalhei

como motorista e continuo trabalhando, eu não fui promovido. E como vereador não posso ganhar função gratificada nada. Então eu gostaria de saber onde está a minha promoção financeira. O pouquinho que eu e minha esposa temos, graças a Deus que nos deu saúde, foi trabalhando, eu como motorista e minha esposa primeiramente como agricultora e eu também fui, depois numa fábrica de calçados e agora vários anos como professora em Boa Vista do Buricá e São Martinho. Agora se o vereador talvez se referiu que eu fui favorecido financeiramente, que de repente esteja se relacionando a minha esposa que por alguns meses ganhou um desdobre na prefeitura, que é uma coisa tão normal, sempre existiu e sempre vai existir, nós não fomos favorecidos, ela trabalhou para ganhar isso. Então, quero só deixar este registro que estou tranquilo e nunca tive favorecimento de governo nenhum, nem municipal, nem estadual e nem federal, tudo o que tenho foi ganho trabalhando. E o meu maior lamento é do que já foi explanado aqui nesse plenário, se por acaso entrarmos no CADIN seria complicado, mas nós não vamos entrar, porque esta administração soube cuidar do dinheiro público e nós temos esse dinheiro e mais uma boa quantia em caixa para cobrir este valor que infelizmente mais uma vez recaiu sobre esta administração e foi deixada pelo prefeito anterior. Com os R\$ 456.000,00 nós planejávamos comprar com este valor, inclusive já tínhamos feito o orçamento, que a prefeitura iria comprar uma retroescavadeira giratória para melhor atender a demanda do interior, isso custaria R\$ 380.000,00, e ainda sobraria um bom dinheiro. Mais uma vez o dinheiro do povo vai pro lixo por má administração passada, é lamentável isso. Sobre o asfalto de Ivagací, como o vereador Carlos falou, realmente está em precárias condições e mais uma vez este vereador vai dizer o porquê ele é vereador e o porquê ele não é favorecido financeiramente. Semana retrasada fui para Santa Rosa no DAER e tive reunião com os auditores do DAER, me pediram 5 dias, segunda-feira fui lá novamente e está aqui para quem quiser ver, este vereador conseguiu a liberação de que podemos iniciar as obras em Ivagací, porque isso é competência do município, já que a rodovia não é estadual e sim municipal. É por isso que fui eleito, não fui eleito para pular de galho em galho e se pulei é problema meu, porque tenho a liberdade, eu não tenho o rabo preso, se eu quiser pular eu pulo. Eu pulei no momento certo, eu tive um diálogo com o meu ex-partido, está aqui o atual presidente do PTB, e nós conversamos sobre isso, eu mudei de partido sim, mas meus queridos amigos, quando as pessoas que estão no desespero começam a falar o que querem e precisam escutar o que não querem. Está aqui mais uma comprovação deste cidadão boavistense que ama o povo de Boa Vista do Buricá, independentemente de cor, partido e religião. Quero dizer a todos vocês que quero continuar, que Deus me dê saúde e me abençoe para que eu possa continuar sendo quem eu sou. Muitas vezes este vereador que falou aquilo está em festas, enquanto eu estou transportando pessoas que precisam de ajuda. Era esse o meu desabafo. **O sexto vereador inscrito; José Mário Redel Mildner.** Só gostaria de mostrar minha indignação sobre o fato colocado pelo Dr. Roberto, penso que quando a comunidade juntamente com a administração se depara com um fato desses é sempre lamentável e de certa forma devemos olhar para o horizonte e dizer que lá em cima tem alguém que vai ajudar nós a passar por cima dessa, e vai deixar com que a administração cubra essa conta da melhor forma possível, para nós dentro de breve comemorarmos definitivamente a abertura, a harmonização das conquistas que foram feitas durante o mandato de nós vereadores e da atual administração municipal. Ninguém aqui falou, mas acho que talvez seria interessante cada um tomar para si o que aconteceu ontem, cada um de nós colegas aqui, da verdadeira palhaçada ocorrida ontem na câmara dos deputados. Eu acho que o povo brasileiro não é digno de passar o que ontem a televisão mostrou em primeira mão para nós. De imediato o Presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do **Projeto de Lei nº 036/2016 que autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um crédito especial no valor de R\$ 25.280,00, utilizando como recurso redução de dotações orçamentárias e dá outras providencias**, com a mensagem do Executivo. Em discussão, a **Vereadora Tarcila**. Gostaria de colocar a importância deste projeto, pois sabemos de última hora que o Dr. João teria que ir para o quartel. A gente fez de tudo para ele permanecer no nosso município e continuar atendendo a equipe da saúde e da família. Enfim, ele era bem aceito, era um médico dedicado, mas não deu certo e ele teve que ir para o quartel por um ano. Como ele é médico concursado, provavelmente ele retorna ao município depois de prestar serviço no quartel. Se nós não colocarmos um

médico de no mínimo 20 horas, nós vamos perder todos os recursos que vem para a equipe de saúde da família ESF. Com 20 horas nós vamos conseguir 60% do recurso, não atingindo os agentes comunitários de saúde, somente os 8 mil e poucos reais que vem por equipe e estes vêm somente 60%. Os agentes comunitários de saúde, tendo médico 20 horas não atinge o repasse dos recursos. Portanto, é de extrema importância que contratemos um médico em no mínimo 20 horas para dar continuidade às atividades do Programa Saúde da Família.. Sou a favor. **O Vereador Vilson.** Da mesma forma que a vereadora Tarcila falou, é simplesmente a contratação de um médico, uma vez que o programa não pode parar. Sem o médico que atende a este PSF o dinheiro não retorna ao nosso município. Então devemos aprovar este projeto importante. Não havendo mais manifestações em votação o projeto de Lei nº036/2016 foi APROVADO por unanimidade. A seguir o secretário Vereador Lirio José Dresch fez a leitura do **Projeto de Lei nº 02/2016(de origem legislativa) que autoriza o Poder Executivo Municipal a fixar e cobrar preço publico pela ocupação do espaço de solo em áreas públicas municipais pelo sistema de posteamento de rede de energia elétrica e de iluminação pública, de propriedade da concessionária de energia elétrica que os utiliza, e dá outras providências**, com a justificativa elaborado pelo Vereador José Mário Redel Mildner. Coloco em discussão. O Proponente Vereador José Mário justificou seu projeto dizendo: que o projeto este que com sua arrecadação poderá abater os altos custos de iluminação publica em nosso município, ou ainda suprir os gastos de escolas, unidades básicas de saúde, entre outros. Os Postes de transmissão de energia elétrica são usualmente alugados para empresas de TV a cabo, telefonia, de fibra ótica e tantas outras que necessitam de uma forma segura de transmissão de dados, representando uma importante fonte de renda para as empresas concessionarias que, utilizando o espaço publico sem qualquer contra prestação, além de lucrarem com a atividade de distribuição de energia elétrica, também optem grandes lucros com o “Aluguel” dos postes, enquanto que imóveis residenciais, comerciais e industrias, por exemplo, pagam IPTU, bem como pequenos empresários do ramo de alimentação pagam pelo uso do passeio para instalar suas mesas, como tantos outros. Apesar da concessão dos serviços públicos serem de atribuição federal, ou estadual caso se trate de serviço concedido pelos Estados ou pela União nos termos do que dispõem o Art. 21 incisos XI e XII da Constituição Federal, é certo que no caso da utilização de bens públicos, cabe aos municípios, nos termos do que dispõem os Art. 30 e 182 da Constituição Federal, dispor sobre cumprimento de regras municipais a serem observadas pelas empresas, concessionarias, até mesmo em relação a contraprestação remuneratória, pois além dos serviços públicos essenciais exercidos pelos postes na distribuição de energia elétrica, a estas são agregadas outras atividades grandemente rentáveis, como a utilização por emissoras de TV a cabo, empresas telefônicas e outras, que pagam pela utilização dos postes e desta forma, de sua competência estabelecida nos artigos constitucionais acima citados, cabe aos Municípios definir a hipótese de cobrar ou não do uso do espaço publico pelos postes. Além disso, é certo que o entendimento das empresas concessionarias de que tal valor será repassado ao consumidor não se justifica, uma vez que os valores das tarifas são definidos pela ANEEL levando em conta vários fatores, bem como acreditamos que no calculo do valor da energia elétrica atual não sejam levados em consideração aos altos valores recebidos pelas concessionarias com serviços de alugueis de postes, cabendo, inclusive, a ANEEL esclarecer tal fato á população brasileira. Por fim, o Projeto de Lei prevê, ainda sua regulamentação pelo Poder Executivo, que poderá efetuar estudos com relação ao valor a ser fixado e sua forma de cobrança. Concluindo, com o devido respeito, submetemos o presente Projeto de Lei à elevada apreciação dos nobres Vereadores que integram esta casa legislativa, na certeza de que, após regular tramitação, será a final deliberado e aprovado na devida forma regimental. Devidamente amparado, na Lei Orgânica e no Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Boa Vista do Buricá, encaminhou para a tramitação legal o presente Projeto de Lei Legislativo, pelo qual o Poder Publico Municipal, fica autorizado a fixar e a cobrar mensalmente preço publico relativo à ocupação e uso do solo Municipal pelos postes fixados em calçadas e logradouros, no anseio que este seja acolhido e visto sua legalidade. **O Vereador Mauri.** A respeito do projeto de lei, eu quero dizer que sem dúvida nenhuma está certo o presidente desta casa. A única dúvida que eu tinha foi esclarecida, de que talvez este custo não seria repassado ao consumidor, mas como é a

ANEEL que dirige isso não terá esse problema. Sem dúvida nenhuma a RGE ocupa espaço e está cobrando por isso, e para fornecer energia é preciso que o poste esteja ali, mas sempre digo assim, está certo o que o vereador José Mário diz, eles alugam os postes adiante, como é o caso da fibra ótica e telefonia, então eles estão ganhando dinheiro em cima do aluguel do espaço físico, no caso de Boa Vista do Buricá, mas também outros municípios. Sem dúvida nenhuma sou pela aprovação do projeto, e este custo não será repassado ao consumidor, e é necessário sim começarmos isso, talvez demore um pouco, mas deve se dar o primeiro passo. **O Vereador Vilson.** Uma vez que não se fizermos o começo com certeza a RGE não vem ao encontro. Eles irão recorrer a isso, mas eles também sabem a força que o município tem em cobrar esse aluguel em forma de IPTU, porque a RGE hoje cobra o aluguel de cada poste quando outro alguém usa. Até para o interior eles não liberam para se colocar um fio encapado para fazer uma boia elétrica. Então, nada mais justo que o município peça esse cobrança, porque a RGE cada meia volta faz mudanças nas entradas de luz, hoje novamente a partir do dia 15 nenhuma entrada será feita como feitas anteriormente, um padrão mais moderno, com um dobro de custo que se tinha anteriormente. Sou pela aprovação. **O Vereador Lirio.** Senhor presidente, parabéns pela iniciativa e tenho que confessar que não estive a par de um assunto tão importante, o senhor foi pesquisar e por isso estamos aqui votando o projeto. Quero te parabenizar pelo começo, mas sabemos que toda ação tem uma reação, como o vereador Vilson falou. Certamente o prefeito vai acatar e vai ser promulgado, sancionado e então começa a negociação com a RGE. Seria muito bom para os nossos munícipes que nós chegássemos realmente a um bom entendimento. Certamente eles irão recorrer, mas precisa-se dar um pontapé inicial e está de parabéns o presidente José Mario, oxalá que consigamos que este projeto tenha êxito e lá no futuro seja favorável aos nossos munícipes. **O Vereador Inácio.** Também quero parabenizar o presidente da câmara, vereador José Mário, a minha pergunta quando vim de casa era de quem pagaria esta conta e se fosse o contribuinte com certeza votaria contra. Mas, falando com o assessor jurídico Darci, ele já me explicou antes da sessão que não seria assim. Então correto e parabéns. **O vereador Carlos.** Só nos resta parabenizar, acho que o vereador não está aqui somente para legislar, ele está aqui também para executar e buscar novas alternativas para que o município arrecade e possa atender aos seus munícipes. Sou pela total aprovação. **A Vereadora Tarcila.** Também agradeceu ao senhor Presidente pela iniciativa deste projeto, e queria saber se em algum município já foi aprovado este projeto e a RGE aceitou? **O Vereador José Mário.** Na verdade existem vários municípios que foram aprovados os projetos, mas como diz aqui que o poder executivo vai regulamentar a lei. Essa lei tem vários municípios que aprovaram e estão em fase de negociação com a RGE. Então como eu dizia antes, é um processo que pode até ser demorado devido à demanda de municípios que a RGE atende. **O Vereador Lirio.** Senhor presidente, parece-me que Santa Rosa já tem esse projeto, foi aprovado pela câmara e sancionado pelo prefeito e agora estão nessa lida com a RGE. Aos poucos todos os municípios vão entrar nesse barco e quando a pressão for maior com certeza a RGE vai ceder e teremos esse benefício. Não havendo mais manifestações, em votação o Projeto de Lei nº 02/2016 de origem legislativa foi APROVADO por unanimidade. Na sequência foi lido pelo Secretário o **Projeto de Decreto Legislaivo nº 02/2016 que aprova as contas do Prefeito Municipal Sr. Antônio Sergio de Vargas Mota e Vilmar Sidinei Horbach, referente ao exercício de 2014, Processo nº 001791-02.00/14-3.** Em discussão, não havendo manifestações, em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2016 foi APROVADO por unanimidade. Abro neste instante o espaço do grande expediente. **A primeira Vereadora inscrita; Tarcila Maria Kunz Veit, não usou da palavra. O Vereador Vilson Leidemer também não fez uso da palavra. O segundo Vereador inscrito: O Vereador Mauri Carlos Werlang, cedeu seu espaço ao Vereador Inácio Engster.** Primeiro lugar gostaria que fossem mandados votos de pesar a família do seu Aloísio Werner da Linha Caçador, pela passagem da sua esposa Célia Camilo Werner ocorrido neste fim de semana. A Célia era uma extraordinária pessoa que cuidou de um deficiente por 25 anos, um filho que ficou. Eu sei o que é isso, eu tive uma irmã deficiente, e sei que depois de 37 anos quando perdemos nossa mãe, como é difícil quando uma pessoa que é acostumada a cuidar de um deficiente se vai. Então quero sejam enviados os votos de pesar a essa família. Depois preciso me reportar um pouco ao que falou

o vereador Lirio, que mostrou hoje à noite para nós e para o público que está aqui que ainda não está preparado politicamente. Eu falei coisas na última sessão que não foram graves, foram coisas normais da política. Se enxergarmos o que acontece Brasil a fora isso aqui foi uma migalha que falei. Então o vereador Lirio levou isso muito a sério, não é assim vereador Lirio. O senhor usou uma palavra que eu quero que procure na ata se eu falei em macaco, vereador Lirio. De galho em galho pulam muitas coisas, gavião, passarinho, gato, mas eu não falei em macaco vereador Lirio. Quero que procure na ata isso, onde está a palavra macaco. Então, o senhor cuide na próxima vez para não falar essas palavras que eu não falei. O senhor falou em desespero, onde está o meu desespero vereador Lirio? O meu currículo de cidadão boavistense que se criou aqui, há 65 anos atrás eu conhecia essa cidade quando vim de casa. Me criei quando fui a Escola na São José, essa avenida era um trilho de carroça. Eu vi crescer Boa Vista do Buricá politicamente e religiosamente em tudo. Agora o senhor fala em desespero? O meu currículo passei pela diretoria da escola Barão do Rio Branco, pela Igreja Matriz, sou conselheiro do Hospital, fui quatro vezes presidente do Atlético de Linha Pardo, me coloquei a disposição duas vezes como conselheiro fiscal do sindicato, fui duas vezes eleito conselheiro da Cotrimaio, fui três vezes eleito vereador. O povo me colocou três vezes aqui, o senhor teve uma derrota, mas eu não. Pra quê desespero? O senhor não me deu a palavra quando eu pedi antes, então fique na sua agora vereador. O senhor foi muito infeliz quando falou essas coisas hoje à noite aqui. O senhor acha que eu estou no desespero por quê? Eu fui um cidadão vitorioso, lutei minha vida inteira com dificuldades, pela minha família e cresci e venci na vida. Fui três vezes vereador e eleito pelo povo, pra quê desespero vereador? O senhor falou que pula de galho em galho, isso é uma coisa normal que se fala na política, por que ficar nervoso? O senhor de fato mudou pro PTB e voltou para o PDT, então de repente essas pessoas que te levaram e fizeram você mudar de ideia te abandonaram. Aí você mudou de novo, isso é problema teu, mas eu preciso colocar, porque eu falo o que eu quero. Os senhores falam às vezes sobre irregularidades, devem ser realmente procurados os responsáveis, seja quem for o prefeito. Eu não sou um cara vingativo e radical, o que está errado aqui ou em Brasília deve ser punido, independente do lugar. Vocês falam em 2 milhões de reais em caixa, tem poço artesiano em Linha Pardo que foi feito no tempo do loio que pedi mil vezes para que fosse feito e está lá feito? Nem isso não foi feito. Então não venha querer me dar lição de moral vereador Lirio, longe disso! Pelo amor de Deus, eu não vou me intimidar pelo que o senhor fala. Eu vim aqui na sessão passada trazer uma emenda de R\$ 200.000,00 para o hospital de Boa Vista do Buricá e sou um vereador de oposição. Eu trabalho para o município e é isso que devemos fazer, trazer verba sendo vereadores da oposição ou situação. Então esse é meu pensamento. Eu sempre te elogiei no trabalho da saúde, falo isso para inúmeras pessoas. E o que você faz é o seu dever de fazer, se eu fosse motorista da saúde eu faria a mesma coisa, mas eu não sou, então o que você faz é o seu dever como motorista de saúde fazer. A seguir o Presidente agradeceu a presença de todos. Não havendo mais assuntos em pauta o Presidente declarou encerrada a sessão e convidou os vereadores para a sessão do dia 02 de maio 2016 às 19:00 horas. Nada mais a ser lavrado na presente ata que após lida e aprovada em sessão será assinada pelo Presidente da Mesa Diretora Vereador José Mário Redel Mildner e pelo Secretário Vereador Lirio José Dresch.

Ver. José Mário Redel Mildner

Presidente

Ver. Lirio José Dresch

Secretário

Boa Vista do Buricá, de maio de 2016.